

'A complexidade do regime de partilha pode retardar os investimentos'

Especialista em leilões da FGV critica modelo do pré-sal

RAMONA ORDOÑEZ
ramona@oglobo.com.br

O Brasil pode perder a oportunidade de se beneficiar com as reservas gigantescas de petróleo no pré-sal, que podem superar os 30 bilhões de barris — cerca de US\$ 3 trilhões, pelas cotações atuais do barril de petróleo — se não forem feitos alguns ajustes importantes no regime de partilha que será adotado pelo governo para sua exploração. O alerta é do economista Aloisio Araujo, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em leilões.

INCERTEZAS

O economista vê com ressalvas a obrigatoriedade de a Petrobras participar com 30% em

todos os blocos exploratórios, e a exigência de conteúdo local. E diz que há uma incógnita em relação à nova estatal que será responsável pela gestão dos contratos de partilha (a Pré-Sal Petróleo SA, ou PPSA).

— O leilão pode ser feito agora em novembro, o problema é como criar as condições para o consórcio ganhador explorar. A sociedade dispenseu enorme energia discutindo a questão da partilha dos royalties, e se discutiu muito pouco sobre a mudança do arcabouço, que é muito complexo.

PRIMEIRO LEILÃO

O economista tem uma proposta radical, a de se adotar o sistema de concessão para o primeiro leilão do pré-sal, da área de Libra na Bacia de Santos, que o governo pretende realizar em outubro próximo, para se evitar atrasos no seu desenvolvimento.

— A complexidade do regime de partilha é tanta que pode retar-

dar os investimentos desses recursos tão valiosos, impedindo o Brasil e a sociedade se beneficiarem — destacou o professor.

LENTIDÃO

Um dos problemas do regime de partilha, segundo o economista é a definição dos custos dos projetos que serão desenvolvidos pelas empresas. Neste regime, dos ganhos se deduz os custos para, então, dividir o lucro. Para isso, será preciso criar uma empresa estatal, a PPSA, que terá a responsabilidade de definir e aprovar esses custos em cada projeto.

— Essa empresa terá um papel muito relevante, pois ela é que vai autorizar os gastos a serem feitos nos projetos, para evitar que os custos sejam inflados. Isso poderá resultar em demora na execução dos projetos.

RISCO PARA PETROBRAS

Outro ponto criticado pelo economista no regime de partilha é a obrigatoriedade de a

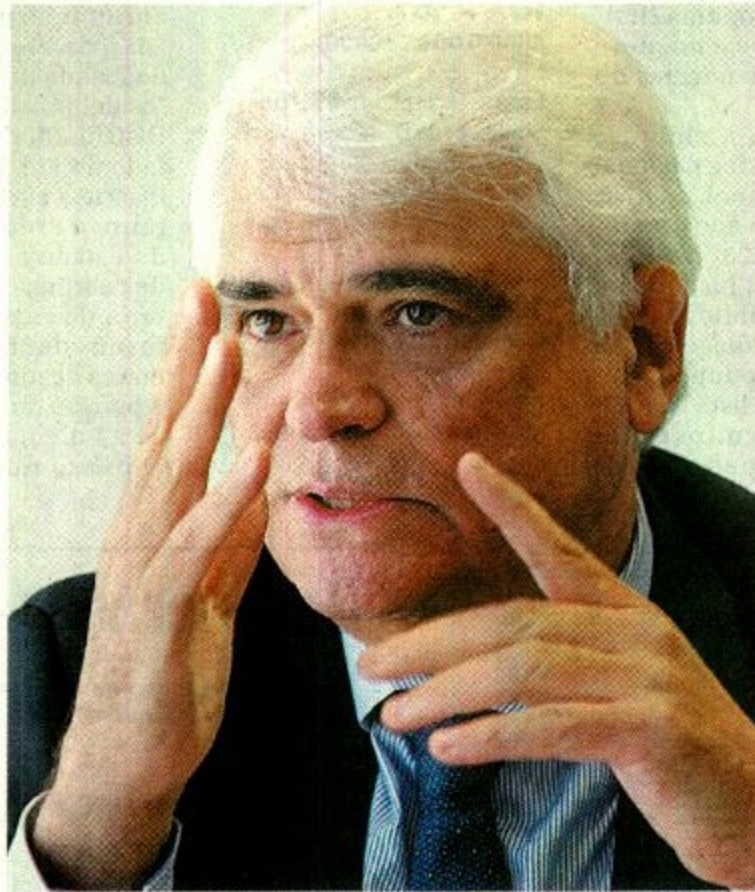
Petrobras participar com 30% em todos os consórcios e ser operadora também em todos os blocos. Além de representar uma elevada necessidade de recursos, obrigará a estatal a pagar por um valor de bônus com a qual não concorde.

— Se chegar uma empresa nova ao Brasil e dar um bônus muito elevado, a Petrobras é obrigada a entrar com 30% do negócio, que pode dar prejuízo. É um tipo de leilão que nunca vi no mundo. Ele lembra ainda que o fato de a Petrobras ser a operadora em todos os campos é ruim, porque reduz a competitividade, impedindo que as empresas estrangeiras tragam para o país sua experiência e tecnologia.

BÔNUS

Outra distorção desse sistema, afirma Araújo, é o bônus. O governo pode fixar um valor elevado para arrecadar mais recursos a curto prazo, o que pode representar um lucro menor no futuro.

ANA BRANCO/21-10-2011



Distorções. 'É um tipo de leilão que nunca vi no mundo', diz Aloisio Araujo